

Governo soube logo no dia seguinte

Dois livros recentes fazem novas revelações sobre o maior massacre da guerra colonial, há 43 anos

Um dos sobreviventes do massacre de Wiriamu junto ao monumento que assinala o maior assassinio coletivo das três guerras coloniais

FOTO ANTÓNIO PEDRO FERREIRA



JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

Wiriamu é o nome do maior crime coletivo cometido pela ditadura portuguesa. Na manhã de 16 de dezembro de 1972, uma Companhia de Comandos a operar em Moçambique assassinou quase quatro centenas de pessoas da povoação de Wiriamu, a pouco mais de 20 quilómetros de Tete. Após uma investigação de duas décadas, o historiador Mustafah Dhada apresentou no mês passado o seu livro “The Portuguese Massacre of Wiriyamu in Colonial Mozambique, 1974-2013” (ed. Bloomsbury). Moçambicano, professor de História na Universidade da Califórnia, o seu trabalho, de que ainda não há versão em português, foi dado a conhecer no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O livro nomeia as 385 vítimas mortais que o investigador conseguiu identificar, pertencentes a 216 famílias.

Num outro livro, lançado no princípio de dezembro em Lisboa, o sacerdote jesuíta José Augusto Alves de Sousa demonstra que quer o Vaticano, quer o governo de Lisboa souberam imediatamente do massacre. Nas suas “Memórias de um Jesuíta Missionário em Moçambique (1960-2004)” (Editorial A.O.), o sacerdote deita por terra a versão oficial do regime, segundo a qual o então Presidente do Conselho, Marcello Caetano, só soube do massacre sete meses depois, nas vésperas de uma visita oficial a Londres, quando o jornal “The Times” denunciou o massacre, através de um artigo do padre britânico Adrian Hastings.

Relatório entregue ao núncio apostólico

A primeira narração dos acontecimentos “foi posta por escrito” pelo padre Gonçalo Ferrão, natural da cidade de Tete e conhecedor da língua local, o nyúngue. Este relatório foi entregue em mãos a um dos responsáveis da nunciatura apostólica em Lisboa, a representante oficial da Santa Sé em Portugal (e em Moçambique, que à data era uma colónia portuguesa), durante a ordenação do novo bispo de Lichinga, Luís Ferreira da Silva, no dia imediatamente a seguir ao massacre. A cerimónia, que decorreu em

Vila Coutinho (atual Vila Ulónque), foi presidida pelo núncio apostólico em Lisboa, o bispo José Maria Sensi, que se fizera acompanhar do secretário da nunciatura, Justo Mullor. Alves de Sousa escreve nas suas memórias: “Antes de entrarmos para a celebração, eu e o padre Camba Gomes, o superior dos Padres de Burgos, entregámos a monsenhor Justo Mullor um relatório sobre os massacres com os nomes das vítimas, pedindo-lhe para o entregar ao Senhor Núncio. Pensávamos que a Santa Sé, através deste relatório, tomaria conhecimento do acontecimento de Wiriamu e, através dos meios diplomáticos de que dispunha, manifestasse a sua preocupação junto do governo colonial.” O autor ignora o que se passou depois.

Bispo informou Caetano e Kaulza

No princípio de 1973 o jesuíta encontrou-se com o bispo de Tete em Lourenço Marques (atual Maputo). O bispo, Augusto César, fora informado por fontes idóneas que sobrevoa-

O caso só veio a público a 7 de julho de 1973, denunciado na primeira página do diário britânico “The Times”

ram Wiriamu pouco depois do massacre. “Fiquei tão horrorizado com o que me contaram que, de imediato, falei com o senhor governador [de Tete], afirmando-lhe: ‘Se Vossa Excelência não manda lá enterrar os mortos eu mesmo vou lá.’”

Já na Páscoa de 1973, o jesuíta jantou com o bispo Francisco Nunes, presidente da Conferência Episcopal de Moçambique. “D. Francisco disse-me que a seguir à Páscoa iria a Lisboa e que tinha pedido uma audiência a Marcello Caetano para lhe falar, entre outros assuntos, do sucedido em Wiriamu. Teria, igualmente, a respeito de Wiriamu, uma entrevista com o general Kaulza de Arriaga”, o comandante em chefe das Forças Armadas em Moçambique. Regressado a Lisboa, o bispo “disse-me que ambos estavam informados do caso do Wiriamu, e que o gene-

ral Kaulza tinha acrescentado: ‘Sr. D. Francisco, como este caso, temos mais oito a serem julgados em Tribunal Militar. Asseguro-lhe que o caso de Wiriamu irá também a julgamento e que os culpados serão tratados com o devido rigor.’” O jesuíta afirmou então ao bispo que “era agora a ocasião propícia” para a Conferência Episcopal “se pronunciar publicamente sobre o Wiriamu” — o que nunca viria a acontecer. Alves de Sousa lamenta o silêncio do episcopado: “Eu fiquei um pouco calado e triste por perdermos a batalha da verdade. (...) A Igreja, com uma palavra mais clara, teria feito um gesto profético de incalculável valor para a situação que se vivia em Moçambique.”

Como se sabe, o governo de Lisboa e as autoridades eclesiais de Portugal e de Moçambique optaram pelo silêncio. Até que, a 7 de julho de 1973, véspera da chegada de Marcello Caetano a Londres, para uma visita oficial à Grã-Bretanha, o diário “The Times” denunciou o massacre. Foi na primeira página, através de um artigo assinado pelo padre Adrian Hastings. O governo português desmentiu prontamente e chegou a sugerir que uma tal povoação nem sequer existia. Mesmo assim, nota Alves de Sousa, Wiriamu “fez mudar algo nas Forças Armadas Portuguesas. No fim do mês de Agosto, o general Kaulza de Arriaga foi removido do seu posto de comando, chamado a Lisboa e substituído por outro comandante”.

A morte do bispo da Beira

O livro do jesuíta, de 82 anos, conta ainda a história de como a prisão de dois padres do Macuti, julgados em Tribunal Militar e absolvidos, afetou o bispo da Beira (uma das testemunhas da defesa), Altino Ribeiro de Santana. Já durante o julgamento o bispo se sentira mal, tendo recebido assistência hospitalar. Depois da absolvição, marcou uma reunião com alguns padres para preparar uma carta pastoral destinada a explicar aos crentes o julgamento. Com queixas no coração, foi socorrido no Hospital da Beira. Morreu nessa manhã. O jesuíta, que acompanhou todo o sofrimento do bispo, não duvida da verdadeira causa da morte.

jpgcastanheira@expresso.imprensa.pt